



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008903-53.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Elias Procopio**
 Requerido: **Jocenilton Santos Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

O réu é revel.

Citado pessoalmente (fl. 07) e com as advertências de praxe, ele não compareceu à audiência, não ofertou contestação e tampouco justificou sua inércia (fl. 08).

Reputam-se em consequência verdadeiros os fatos articulados pelo autor.

Diante desse cenário, e à míngua de dados concretos que levassem a conclusão diversa, é de rigor o acolhimento da pretensão deduzida.

Bem por isso, deverá ser imposta ao réu a obrigação de entregar os documentos declinados a fl. 01 ao autor, ficando desde já feita a ressalva de que se a questão posta a debate for dirimida a final em perdas e danos do valor devido a esse título será compensado o montante da dívida reconhecida a cargo do autor em R\$ 470,00.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a entregar ao autor no prazo máximo de cinco dias a documentação do veículo Monza, placas CHX-5072, RENAVAM 408461250, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de R\$ 5.000,00.

Esclareço desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa, e nessa hipótese do montante devido será compensado o valor de R\$ 470,00 para quitação da dívida mencionada a fl. 01.

Transitada em julgado, intime-se o réu pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 22 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**